TRAMAS LOCACIONAIS: A BAIXA REPRESENTAÇÃO FEMININA NO LEGISLATIVO EM GUARAPUAVA - PR

LOCATION PLOT: LOW FEMALE REPRESENTATION INTHE LEGISLATIVE IN GUARAPUAVA - PR

PARCELA UBICACIÓN: BAJA REPRESENTACIÓN FEMININA EM EL LEGISLATIVO EM GUARAPUAVA – PR

Keila Miranda Tachevski
Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO)
keilamirandat@gmail.com

Alides Baptista Chimin Junior
Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO)
alides@unicentro.br

Destaques

- Existe um hiato entre o que a legislação permite e o que vem sendo concretizado, de modo que o espaço do legislativo ainda mantém a estrutura patriarcal.
- A sub-representação feminina na política pode ser atribuída a uma confluência de fatores, incluindo a ausência de incentivo, a discriminação de gênero e desafios específicos que as mulheres enfrentam nesse contexto.
- Essa análise aponta para um conjunto específico de características que, quando presentes, podem contribuir para o insucesso eleitoral das candidatas mulheres na cidade de Guarapuava.

RESUMO

O presente artigo é um recorte da dissertação, cujo objetivo foi compreender como as dinâmicas locacionais influenciam a resistência à entrada das mulheres no Legislativo do município de Guarapuava–PR na eleição de 2020. Em 2009, foi instituída uma lei que determina que, em todas as eleições para o Legislativo, os partidos políticos devem destinar 30% das candidaturas para um dos sexos. Essa medida foi criada para incentivo à participação feminina, visto que, até então, as candidaturas de mulheres não ultrapassavam 15%. Em 2017, a Emenda Constitucional nº 97/2017 definia que essa exigência passava a ser cumprida pelos partidos políticos, e não mais pelas coligações. Em Guarapuava, essa mudança resultou em um aumento no número de candidaturas femininas, porém sem um avanço significativo em termos de sucesso eleitoral. Para uma compreensão mais aprofundada da dinâmica política local, foram analisados os dados eleitorais disponibilizados pelo TSE referentes às eleições de 2020.

Palavras-chave: Geografia. Mulheres. Eleições Municipais. Legislativo Municipal.

ABSTRACT

This article is an excerpt from the dissertation, whose objective was to understand how locational dynamics influence the resistance to women entering the Legislative Assembly of the municipality of Guarapuava-PR in the 2020 election. In 2009, a law was instituted that determines that, in all elections for the Legislative Assembly, political parties must allocate 30% of candidacies to one of the sexes. This measure was created to encourage female participation, since, until then, female candidacies did not exceed 15%. In 2017, Constitutional Amendment No. 97/2017 defined that this requirement would be fulfilled by political parties, and no longer by coalitions. In Guarapuava, this change resulted in an increase in the number of female candidacies, but without significant progress in terms of electoral success. In order to gain a deeper understanding of local political dynamics, the electoral data made available by the TSE regarding the 2020 elections were analyzed.

Keywords: Geography. Women. Municipal Elections. Municipal Legislature.

RESUMEN

Este artículo es un extracto de la disertación, cuyo objetivo fue comprender cómo las dinámicas locacionales influyen en la resistencia al ingreso de las mujeres a la Legislatura del municipio de Guarapuava – PR en las elecciones de 2020. En 2009, se instituyó una ley que determina que, en todas las elecciones para la Legislatura, los partidos políticos deben asignar el 30% de las candidaturas a uno de los sexos. Esta medida nació para incentivar la participación femenina, ya que, hasta entonces, las candidatas no superaban el 15%. En 2017, la Enmienda Constitucional nº 97/2017 definió que este requisito ahora lo cumplirían los partidos políticos y ya no las coaliciones. En Guarapuava, este cambio resultó en un aumento en el número de candidatas, pero sin avances significativos en términos de éxito electoral. Para una comprensión más profunda de la dinámica política local, se analizaron los datos electorales puestos a disposición por el TSE relacionados con las elecciones de 2020.

Palabras clave: Geografía. Mujer. Elecciones municipales. Legislatura Municipal.

INTRODUÇÃO

Os estudos acerca do gênero e sua interação com a política têm ganhado crescente importância, tanto devido à relevância do tema quanto às inúmeras transformações e à rapidez com que ocorrem. É evidente que a abordagem dessa temática está fortalecendo-se à medida que a participação das mulheres no cenário político cresce de maneira progressiva. Para uma compreensão mais aprofundada da relação entre gênero e política, assim como o poder a ela associado, podemos mencionar Scott (1995). Este salienta que a questão de gênero engloba tanto homens quanto mulheres, preservando, no entanto, as diferenças inerentes a cada sexo.

Destaca ainda que o poder está, de certa forma, articulado, sendo influenciado pelo sexo do indivíduo, tanto no âmbito político quanto nos contextos familiar e profissional. Isso se baseia na concepção de uma divisão de tarefas na sociedade, fundamentada nas condições biológicas, que atribui a cada sexo funções específicas, conferindo ao homem uma posição superior e de maior poder.

Apesar de muitos países do mundo permitirem às mulheres votarem no final do século XX, como Nova Zelândia (1893), Austrália (1902), Finlândia (1906) e Noruega (1907), o Brasil poderia ter sido o primeiro país a permitir os votos femininos, pois em 1891 surgem diversas manifestações em praça pública, porém na Assembleia Constituinte de 1891 (dois anos antes de Nova Zelândia), os pedidos sufragistas foram negados utilizando-se do seguinte argumento:

> [...] as sufragistas argumentavam que as vidas das mulheres não melhorariam até que os políticos tivessem de prestar contas a um eleitorado feminino. Acreditavam que as muitas desigualdades legais, econômicas e educacionais com que se confrontavam jamais seriam corrigidas, enquanto não tivessem o direito de voto. A luta pelo direito de voto era, portanto, um meio para atingir um fim. (Abreu, 2002, p. 460).

Apesar desta derrota, o movimento sufragista, que teve seu início no Brasil no final do século XIX, mas o seu auge foi ao século XX, movimento que lutavam por uma conscientização das mulheres em relação à inexistência dos seus direitos políticos, que eram considerados um privilégio por muitos da sociedade, sendo considerado um movimento de grande importância no início da conscientização das mulheres sobre os seus direitos (Amaral, 2006).

Segundo Amaral (2006), a Lei Estadual n.º 660, de 25 de outubro de 1927, o estado do Rio Grande do Norte incluiu em sua Constituição Estadual o direito do voto feminino, sendo assim o primeiro estado brasileiro a conceder o voto às mulheres, o que fez o movimento sufragista brasileiro se intensificasse. Em 1930, Getúlio Vargas foi favorável à criação de um novo Código Eleitoral, fornecendo para algumas mulheres o direito ao voto, entre elas, solteiras e viúvas com renda própria e mulheres casadas com a permissão do marido, e essas restrições foram os motivos de novas manifestações, e somente em 1932, com o Decreto n.º 21.076 qualquer mulher acima de 21 anos e alfabetizada poderia votar. No ano seguinte, pela primeira vez em âmbito nacional, as mulheres conseguiram o sufrágio (direito de votar e ser votada).

Segundo Chimin (2017), somente a partir da Constituição de 1946, o voto se torna obrigatório, sem distinção entre os homens e mulheres, podendo as mulheres tanto votar como serem candidatas, mas somente as mulheres que possuíam um trabalho remunerado tinham o direito de votar, fato que só alterado com a edição do Código Eleitoral de 1965, que equiparou o voto feminino ao do homem. Segundo o autor, somente em 1979 houve a posse de uma mulher em cargo político, Eunice Michiles assume o cargo de senadora com o falecimento de João Bosco de Lima.

O direito pleno de participar das eleições só partiu da constituição de 1988, quando as mulheres passaram a gozar do mesmo direito dos homens. Depois de várias lutas dos movimentos feministas, em 1995, com a lei n.º 9.100, de 29 de setembro de 1995, ela decreta que vinte por cento, no mínimo, das vagas de cada partido ou coligação deveriam ser preenchidas por candidaturas de mulheres, e com a lei n. º9.504, de 30 de setembro de 1997, que foi alterada em 2021, fala sobre respeitar a proporção de homens e mulheres. Em 2009, com a lei n.º 12.034/2009 (também conhecida como a lei de cotas), foi instituída a cota de no mínimo 30% das vagas em coligações ou partidos devem ser destinadas a um dos sexos, com o foco de diminuir a disparidade da desigualdade de gênero dentro do legislativo brasileiro.

Apesar das legislações acima citadas tencionarem as coligações em inserir mulheres candidatas para o legislativo, muitos partidos não obedeciam a cota, visto que a obrigação era vinculada à coligação. Para sanar tal problema, em 2017 foi criada a Emenda Constitucional n.º 97/2017, que passou a cobrar diretamente dos partidos

políticos, não mais a coligação, de registrar o mínimo de 30% de um dos sexos para concorrer ao pleito (Tribunal de Justiça Eleitoral, 2019).

Mesmo com toda a legislação voltada para apoiar a candidatura das mulheres, ainda é baixo o sucesso eleitoral das mulheres para o legislativo municipal. Apesar de representar 52% do eleitorado, o percentual de candidatas mulheres para vereador subiu de 70.499 (19,13%) em 2000 para 180.216 (34,76%) em 2020, o percentual pouco tem crescido. Mesmo com esse crescimento, apenas 5,16% das mulheres conseguiram ser eleitas na eleição de 2020 no Brasil. No Paraná, foram 4,83% mulheres foram eleitas e em Guarapuava 3,88%.

Ainda que tenham ocorrido avanços na legislação por melhores direitos sociais das mulheres, ainda há muito a caminhar para que isso se concretize na realidade. A exemplo disso, a participação das mulheres nas eleições para o legislativo no Brasil. Apesar da constituição de 1988 regulamentar a possibilidade de mulheres se candidatarem, poucas mulheres conseguem obter apoio para candidaturas. Em escala nacional, Costa (2022) afirma o seguinte sobre o apoio que as candidaturas femininas no Brasil recebem: “e a ideologia e a normatividade atuam no apoio a uma candidatura feminina, variando sua expressão a depender das características e peculiaridades do contexto cultural.”

Costa (2022, p. 101) O que significa tanto a ideologia (conjunto de valores, crenças e visões de mundo) quanto a normatividade (as regras, normas e padrões sociais) influenciam o apoio a uma candidatura feminina. No entanto, essa influência não é uniforme; ela varia conforme o contexto cultural em que a candidatura está inserida. Ou seja, em determinados contextos, pode haver um ambiente mais favorável à participação política das mulheres, enquanto em outros, normas sociais e ideológicas podem dificultar esse apoio.

Neste contexto, compreendemos que existe um hiato entre o que a legislação permite e o que vem sendo concretizado. Deste modo, o espaço do legislativo ainda mantém a estrutura patriarcal. Apesar da lei de cotas busca pela igualdade, ainda vemos que a igualdade deve ser compreendida, e segundo Rossini (1997, p. 118)

> [Trecho anterior omitido] igualdade de direitos, de oportunidades e de acesso aos recursos, a distribuição equitativa das responsabilidades relativas à família é indispensável ao bem-estar de mulheres e de homens.

Quando falamos sobre igualdade de gênero, nos referimos a uma divisão por igual, sem distinções. Porém, quando falamos de equidade, não estamos somente de uma divisão igual, estamos falando de uma divisão mais justa, aquela que abrange todas as necessidades de cada indivíduo, por tanto, equidade não é um sinônimo de igualdade. Ainda sobre a equidade, Rossini, (1997, p.119) afirma que

> "Refere-se à igualdade de oportunidades, ao respeito pelas diferenças existentes entre homens e mulheres e às transformações das relações de poder que se dão na sociedade ao nível econômico, social, político e cultural, assim como à mudança das relações de dominação na família, na comunidade e na sociedade em geral.".

Por muito tempo a concepção de gênero assumiu um viés biológico, porém, com o passar dos anos, foi entendida com bases culturais existentes nas sociedades. Gênero é uma construção social e cultural, que atribui significado a corpos sexuados, e com essa fala é possível identificar como o biológico está atrelado à cultura quando se fala sobre o gênero enquanto conceito. O gênero é uma construção social que se refere aos papéis, comportamentos, expectativas e identidades associados a homens e mulheres em uma determinada sociedade. Sobre isso, Costa (2022, p. 18) afirma que:

> "os estereótipos de gênero são crenças socialmente compartilhadas sobre as características de homens e mulheres, aplicadas de forma rígida, simplificada e generalizada a todos os membros de um desses grupos"

Assim, a cultura exerce uma influência significativa sobre o gênero, manifestando-se em sua identidade. Em diversas situações, isso se reflete no papel desempenhado na sociedade e na percepção que esta tem dele. A distribuição de poder entre os gêneros também desempenha um papel crucial, embora esteja em constante evolução. Portanto, apesar das mudanças contínuas, o gênero ainda desempenha um papel definidor nas dinâmicas sociais. Além disso, é importante ressaltar que as construções de gênero não são estáticas, mas sim fluidas, respondendo às transformações culturais, sociais e políticas ao longo do tempo. A identidade de gênero não apenas reflete a posição de um indivíduo na sociedade, mas também influencia e é influenciada por normas e expectativas culturais.

A dinâmica de poder entre os gêneros não é uniforme e pode variar em diferentes contextos e culturas. A desconstrução de estereótipos de gênero e a promoção

da igualdade têm sido objetivos fundamentais em muitas sociedades contemporâneas. A luta por uma equidade de gênero mais significativa inclui a reavaliação constante das estruturas que perpetuam desigualdades.

Assim, compreender a complexidade das relações entre gênero e cultura requer uma abordagem sensível e inclusiva, reconhecendo a diversidade de experiências e identidades de gênero. A busca por uma sociedade mais justa e igualitária demanda a contínua reflexão e transformação das normas que moldam as interações entre os gêneros. A relação entre gênero e os estudos em Geografia pode ser melhor compreendida por meio da Geografia Política, uma vez que essa área permite analisar as profundas desigualdades de gênero presentes no espaço político, desde o momento de candidatura a eleição, na qual as mulheres sempre estão em menor número, e acabam enfrentando dificuldades por conta do gênero.

Os estudos referentes ao gênero e a sua relação com a política, vêm se tornando cada vez mais importantes, pela relevância do tema como também pelas inúmeras mudanças e a velocidades que elas acontecem. E é perceptível que os estudos dessa temática vêm ganhando força à medida que a participação das mulheres no meio político vem aumentando de forma progressiva. Segundo Quijano (2000), ele afirma que, apesar de o colonialismo ser um processo histórico encerrado, isso não implica o término da colonialidade.

A persistência da colonialidade do saber configura formas de ordenação do mundo que continuam enraizadas na racionalidade da sociedade contemporânea. A concepção da colonialidade do poder, delineada por esse autor, postula que a matriz colonial de poder é uma estrutura intrincada composta por eixos interligados que abrangem o controle da economia, da autoridade, do poder, da natureza, do gênero, da sexualidade, da subjetividade e do conhecimento. Dessa forma, a colonialidade se reproduz em uma tripla dimensão: a do poder, a do saber e a do ser.

Apesar da criação da lei de cotas, poucos partidos incentivaram a candidatura das mulheres, porém, com a intensificação da fiscalização do TSE, muitos partidos passaram a adotar candidaturas laranjas, ou seja, mulheres que eram cadastradas apenas para cumprir a cota exigida. E para uma melhor análise, pegamos dados a partir das eleições de 2008, pelo motivo de que nas eleições de 2008 a lei de cotas não era vigente, com isso, conseguimos ter uma compreensão melhor de como a lei de cotas alterou a

participação feminina em Guarapuava. A exemplo disso, Guarapuava teve apenas 22% de mulheres candidatas na eleição de 2012 e um sucesso eleitoral de apenas 4%. Apesar do aumento do número de candidaturas nas eleições de 2016 e 2020, o sucesso eleitoral permaneceu baixo.

E a forma mais nítida de poder é o poder legislativo, na qual a mulher só foi ter o poder de votar e ser votada em 1932, e após 79 anos, foi estabelecida, lamentavelmente, a trama locacional que ocorre dentro da política guarapuavana, que "consiste em um elemento central, no exame do fenômeno da visibilidade" (Gomes, 2013, p. 36), que esse elemento central seria o homem, na qual a mulher não tem nenhuma visibilidade, sendo uma coadjuvante dentro da política, a qual possui infelizmente a função de cumprir cotas obrigatórias.

Desse modo, a trama locacional está voltada à disposição e organização espacial dos elementos, no caso a mulher não está participando dessa organização espacial, pois ela está à margem da política, na qual ela não consegue fazer parte.

Essa seleção deve como foco identificar o perfil das candidatas não eleitas em Guarapuava - PR, para identificar quais fatores poderiam explicar o insucesso eleitoral de mais de 96% das candidatas de 2020 ao cargo de vereadora; ao fazer essa análise foi possível observar que existe um padrão nas candidatas eleitas, mas que não existe o mesmo padrão para os candidatos homens eleitos, desse modo é claro que existe uma cobrança superior das candidatas mulheres. Neste presente artigo é um recorde de uma dissertação, trabalhamos somente com as eleições de 2020, mas na dissertação trabalhamos com as eleições de 2008, 2012, 2016 e 2020, e conseguimos contatar tal fato em todas as eleições analisadas. Optou-se por trabalhar somente as eleições de 2020 pelo fato de todas as informações e dados coletados não serem possíveis aprofundar em um artigo somente.

Além dos dados quantitativos, também foram realizadas entrevistas com as candidatas não eleitas, na qual encontramos uma dificuldade, pois as candidatas se negaram a ceder a entrevista, o que infelizmente resultou em um número baixo de entrevistas coletadas, e as entrevistas teriam por objetivo compreender como as próprias se veem no âmbito político, e identificar se elas conseguem analisar possíveis fatores que influenciaram em sua não eleição. As entrevistas têm como foco o período de campanha, e suas dificuldades enfrentadas por cada candidata, visto que cada uma delas enfrentaram

dificuldades diferentes, por fatores financeiros, étnicos, partidários e, obviamente, pela questão da identidade de gênero. Ao realizarmos cada entrevista, ficou nítido que cada candidata teve uma realidade diferente, apesar disso todas enfrentaram um período de campanha em plena pandemia da COVID-19 no ano de 2020, o que trouxe novos desafios para elas. O resultado das entrevistas foi analisado utilizando o método de análise de conteúdo da Bardin (2020).

O método de análise de conteúdo desenvolvido por Bardin (2020) é uma abordagem de pesquisa qualitativa cujo objetivo é compreender e interpretar o significado do conteúdo textual, seja na forma de texto escrito, oral, visual ou multimídia. Ele é frequentemente usado para analisar dados qualitativos em áreas como Psicologia, Comunicação, História, Geografia, e outros campos científicos. A análise a partir das evocações foi realizada, inclusive, utilizando o software *Gephi*, que converte as evocações em redes (grafos).

E dentro das entrevistas, obtivemos algumas dificuldades, a principal delas a negação das candidatas, na qual das 103 candidatas a vereadoras em 2020, somente 4 candidatas cederam entrevistas, e mais 4 candidatas responderam um formulário do *Google Forms*, assim conseguimos atingir um total de 7,76% das candidatas. Superar esses desafios requer um esforço coletivo para combater o sexismo, apoiar as candidatas e promover uma cultura política mais inclusiva e equitativa. Ao fazer isso, podemos garantir que as vozes das mulheres sejam ouvidas e representadas de forma justa nos processos políticos e de tomada de decisão.

Também se fez uso de um diário de campo, que desempenhou um papel crucial ao fornecer detalhes sobre elementos que não poderiam ser plenamente capturados apenas pelo áudio das gravações, tais como expressões faciais, linguagem corporal, entre outros.

O diário de campo, ao complementar as informações obtidas por meio das gravações de áudio, permitiu uma análise mais abrangente e aprofundada das interações observadas. Ao registrar detalhes como expressões faciais e corporais, a pesquisadora pôde capturar nuances emocionais e comportamentais que enriqueceram a compreensão do contexto estudado. Essa abordagem multimodal, combinando dados auditivos e visuais, contribuiu para uma visão mais holística e precisa, possibilitando uma interpretação mais completa das dinâmicas presentes no cenário investigado.

Analisamos como as tramas locacionais atuam sobre a identidade feminina como empecilho para que estas não tenham acesso ao legislativo. Salientamos que as tramas locacionais não necessariamente são conscientes, ou seja, que alguém especificamente esteja planejando algo maléfico contra as mulheres, mas também como algo estrutural da sociedade (ex.: achar que lugar de mulher é em casa).

Para tanto, compreendemos que as tramas locacionais compõem um elemento geográfico na configuração identitária. Para uma melhor discussão, o presente artigo foi dividido em três momentos. Em um primeiro momento, debateremos a concepção de tramas locacionais. Em um segundo momento, discutiremos como as características identitárias tornam-se um empecilho para a participação política das mulheres no âmbito do legislativo. Por último, debateremos como estes empecilhos afetam as mulheres candidatas a vereador de Guarapuava.

ELEIÇÕES DE 2020 EM GUARAPUAVA

A eleição de 2020 foi diferente das eleições anteriores, uma das questões principais foi a pandemia da COVID-19, fator importante que influenciou o cenário eleitoral. As medidas de distanciamento social e as preocupações com a saúde pública impactaram como as campanhas foram conduzidas, com um aumento significativo no uso de estratégias online e redes sociais para alcançar os eleitores.

As eleições municipais de 2020 no Brasil foram marcadas por uma intensa polarização política em alguns locais, refletindo tendências observadas também em âmbito nacional. Diversos fatores contribuíram para essa polarização, incluindo questões ideológicas, debates sobre a gestão da pandemia de COVID-19, e a polarização mais ampla que tem caracterizado a política brasileira nos últimos anos.

Essas questões também estavam presente na eleição de 2020 em Guarapuava, na qual a pandemia influenciou diretamente o período de campanha, e sobre o tema a entrevista 04 falou o seguinte, “O mais difícil foi por estar na pandemia, nós fizemos a nossa campanha na pandemia, todo mundo de máscara, não podia fazer reuniões, se aproximar das pessoas, foi muito difícil, as pessoas não chegam até o portão para receber você, e elas estavam reclusas, com medo, então foi muito difícil, então o canal foi às redes

sociais, só que as redes sociais não atingem 100%, então foi mais difícil de chegar nas pessoas".

Sobre a questão da polarização entre direita e esquerda, entre os partidos que tiveram candidatas e candidatas eleitas encontramos um partido de centro (MDB), um partido de esquerda (PT), um de direita (REPUBLICANOS), três de centro-esquerda (CIDADANIA, PDT e SOLIDARIEDADE) e quatro partidos de centro-direita (DC, DEM, PODE e PSL).

Entre os partidos que elegeram candidatos(as) em Guarapuava, as candidatas mulheres eleitas seguem essa mesma polarização, duas pelo partido PT (esquerda), sendo as únicas pessoas eleitas do partido PT. Uma pelo PODE (centro-direita) e outra pelo MDB (centro).

Na eleição de 2020, quatro mulheres foram eleitas no município, o número mais alto já registrado até então, e tendo uma variedade no estado civil, sendo uma solteira, duas casadas e uma divorciada. Podemos dizer então que o ano de 2020 quebrou muitas barreiras impostas dentro da política do município.

Na avaliação de candidatos a cargos de responsabilidade, entre eles, o de responsabilidade e poder político, é essencial transcender estereótipos pessoais, incluindo o estado civil. A verdadeira medida de competência e liderança reside na experiência, habilidades e comprometimento, independentemente do estado civil. Promover a igualdade de oportunidades é fundamental para construir uma sociedade mais justa e inclusiva.

E esses mesmos questionamentos surgem quando as candidatas possuem filhos, se elas conseguiram equilibrar a vida política com a vida de mãe, sendo esse o único momento em que eles reconheceram que a vida de mãe não é uma função fácil de ser desenvolvida.

E estereótipos de gênero podem influenciar as percepções sobre a competência de homens e mulheres em cargos políticos. Pode haver uma percepção generalizada de que as mulheres precisam de qualificações mais altas, como o ensino superior completo, para serem consideradas tão competentes quanto os homens. Isso pode estar relacionado a visões arraigadas de que as mulheres são menos capazes ou menos experientes na esfera política.

Ao analisar as candidatas não eleitas de 2020, observamos que quanto menor o grau de instrução, menor/nulo o sucesso eleitoral, confirmando que existe uma preferência para ser eleita, que vemos na tabela 1 a seguir.

Tabela 1 - Relação escolaridade das candidatas de 2020 em Guarapuava.

Relação Escolaridade Das Candidatas de Guarapuava em 2020			
Escolaridade	Candidatas Total	Candidatas Não Eleitas %	Candidatas Eleitas %
Lê e Escreve	5	100	00
Fundamental Incompleto	3	100	00
Fundamental Completo	12	100	00
Médio Incompleto	6	100	00
Médio Completo	26	100	00
Superior Incompleto	12	100	00
Superior Completo	40	90	10

Fonte - Fonte - Tribunal Superior Eleitoral 2023.

Um dos motivos, de ter a cobrança maior no grau de instrução, é que, pessoas com menor grau de instrução possuem uma dificuldade de comunicação, e no período de campanha, a comunicação é fundamental, pois é nesse momento que a população vai escolher o candidato(a) em quem irá votar.

Outro fator que poderia explicar esse fato, é o acreditar da população que as candidatas(os) que possuem maior grau de instrução têm mais acesso às informações, permitindo compreender melhor as situações políticas, aumentando a credibilidade daquele candidato(a).

Isso não se reflete nos candidatos homens eleitos. Estes possuem variedade de grau de instrução, principalmente entre os candidatos eleitos, enquanto as mulheres possuem 100% de insucesso eleitoral em quase todas as escolaridades, o mesmo não ocorre com os homens, como vemos na tabela 2 abaixo.

Tabela 2 - Relação escolaridade dos candidatos de 2020 em Guarapuava.

Relação Escolaridade Dos Candidatos de Guarapuava em 2020			
Escolaridade	Candidatos Total	Candidatos Não Eleitos %	Candidatos Eleitos %
Lê e Escreve	10	100	00
Fundamental Incompleto	15	93,33	6,67
Fundamental Completo	27	96,29	3,71
Médio Incompleto	14	92,85	7,15
Médio Completo	59	89,83	10,17
Superior Incompleto	15	93,33	6,67
Superior Completo	99	92,92	7,08

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral 2023.

É importante perceber que a relação de grau de instrução não está relacionada somente com os eleitos, mas sim com uma participação na política, pois busca conhecer, e estar ativo na comunidade também pode estar relacionada com o grau de instrução de cada indivíduo.

A relação de idades com o sucesso eleitoral é complexa, podendo variar conforme o contexto político, cultural, social, e identificação do indivíduo. Ao analisar a eleição de 2020 de Guarapuava, observa-se que prevalecem a experiência e a maturidade, pois candidatas mais jovens não possuem sucesso eleitoral, mas também não elegem candidatas acima de 60 anos.

Mas não podemos esquecer também preconceitos etários, assim como em outros preconceitos, o preconceito etário pode influenciar a percepção dos participantes sobre candidatos de diferentes faixas etárias. Os candidatos mais jovens podem ser vistos como inexperientes, enquanto os candidatos mais velhos podem ser vistos como desatualizados.

O preconceito etário é a discriminação etária, tanto para as pessoas mais velhas, quanto para as mais novas. Esse preconceito, dissemina o ódio, aniquilando com

o respeito e a empatia, e segundo Goldani (2010, p.413) “como em muitas sociedades ocidentais, o preconceito etário, no Brasil, ocorre nas famílias, nos órgãos governamentais, no sistema de saúde, nos mercados de trabalho assalariado e em toda a mídia”. A autora afirma, também, que o preconceito etário no Brasil está vinculado principalmente aos idosos, e que existe uma certa veneração da juventude.

Algo que chama muito a atenção é quando falamos da etnia das candidatas, Young (1990) destaca que a justiça política requer a participação equitativa de todos os grupos, independentemente da etnia.

Considerando a notável porcentagem de mulheres pardas com sucesso eleitoral relativo, a obra de Davis (1981), notadamente "*Women, Race & Class*", oferece uma visão crítica sobre as interconexões entre gênero, raça e classe. Davis (1981) destaca como esses fatores estão interligados, influenciando a experiência e oportunidades de diferentes grupos.

A obtenção de representação política, isso pode acabar virando sub-representações ou na marginalização desses grupos nos processos eleitorais. Mas, em alguns casos, esses grupos podem votar em conjunto, em busca de uma representação, com base em suas identidades, ocorrendo campanhas nesse viés, que tenta buscar uma representação para esses grupos, podendo ser ele formado por pessoas pretas, indígenas, etc.

Nas últimas eleições somente uma candidata que se declara preta, e infelizmente, ela não foi eleita, o que significa que em Guarapuava não temos uma mulher negra na câmara para representar esse grupo, já das 16 candidatas pardas, 15 não se elegeram, tendo uma única mulher não branca como vereadora, e ela acaba recebendo todo o peso dessa representação.

A maioria das candidatas pertence à etnia branca, representando 85 participantes. No entanto, a expressiva porcentagem de 96,47% de candidatas não eleitas dentro desse grupo sugere desafios significativos para mulheres brancas na obtenção de cargos legislativos. Essa constatação instiga a reflexão sobre as possíveis barreiras específicas que as candidatas brancas enfrentam, promovendo a necessidade de estratégias direcionadas para melhorar sua representatividade.

Candidatas de diferentes origens raciais podem trazer perspectivas únicas para questões políticas, especialmente aquelas relacionadas a desigualdades raciais,

criminais, educação e saúde. Suas experiências pessoais podem influenciar como abordam essas questões. As mulheres negras podem trazer um entendimento profundo de questões relacionadas à raça, gênero, classe e justiça social. Elas frequentemente abordam questões como desigualdade econômica, educação equitativa, acesso à saúde e direitos reprodutivos.

Ao analisar a relação da ocupação e o insucesso eleitoral, é nítido como conforme a ocupação/emprego vai interferir se a candidata será eleita ou não, pois as ocupações mais simples, como dona de casa, não são eleitas, as profissões mais de renome, consegue se eleger, isso pode se dar devido à credibilidade que cada profissão passa, pois ao ter um emprego bem-sucedido, acaba passando mais confiança ao eleitor. Algumas pessoas podem ter estereótipos positivos ou negativos associados a certas ocupações, por exemplo, um candidato com um histórico militar pode ser visto como alguém com fortes valores de liderança, mas também pode ser associado a uma abordagem mais rígida. Os eleitores podem basear suas decisões em tais percepções.

A relação partidária desempenha um papel central nas eleições, pois os partidos políticos são a principal forma de organização, através das quais as candidatas se apresentam e articulam suas estratégias políticas. Esse é um dos principais fatores que atualmente acaba influenciando os votos, com o foco principalmente em qual ramo aquele determinado partido está vinculado, se de direita ou de esquerda.

Por isso na última eleição, em ambos os níveis, federais, estadual ou municipais, vimos muitos ataques em alguns partidos, e esse fato influenciou diretamente nas eleições, até no momento de candidatura, pois em Guarapuava tivemos 6 partidos de centro-direita, 5 partidos de centro-esquerda, 2 partidos de centro, 2 partidos de direita e 1 partido de esquerda, e tivemos 34 candidatas nos partidos de centro-direita, 32 candidatas nos partidos de centro-esquerda, 15 candidatas nos partidos de centro, 15 candidatas nos partidos de direita e 7 candidatas no partido de esquerda.

O espectro político é um fator importante que influencia as eleições, embora não seja o único determinante. Vários elementos contribuem para os resultados eleitorais, e a posição de um candidato no espectro político é apenas um aspecto desses fatores.

ENTREVISTAS COM AS CANDIDATAS

Para compreender melhor as tramas locacionais, buscamos realizar entrevistas com as candidatas, e infelizmente poucas candidatas se colocaram disponíveis para nos ceder entrevistas. Para tanto, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 4 candidatas e aplicado um questionário pelo *Google Forms,* onde outras 4 candidatas responderam. A metodologia utilizada é a de análise de conteúdo da Bardin (2020).

Dentre todas as entrevistas, foram identificadas 10 evocações discursivas, sendo elas: Desafios na Política, Experiências de Candidatura, Importância da Representatividade Feminina, Participação em Diferentes Partidos, Negociações e Compromissos Políticos, Desafios na Campanha Eleitoral, Resistência e Descrença na Capacidade das Mulheres, Apoio Financeiro e Recursos de Campanha, Perspectiva sobre a Evolução da Participação Feminina, Importância do Apoio Familiar. A repetição destas evocações, em todas as entrevistas.

Utilizamos a metodologia de evocações, cujo objetivo é acessar a organização e estrutura interna de uma representação. Esse método revela percepções individuais e contribui para uma compreensão mais profunda dos elementos subjacentes à representação em análise.

A análise dos quadros revela uma rica interconexão entre diversas fontes e alvos, detalhando sobre os desafios e dinâmicas enfrentados por mulheres na política. A compreensão dessas relações permite uma visão mais aprofundada das complexidades associadas à participação feminina no cenário político.

Um ponto focal emerge na categoria "Desafios na Política", onde a relação com o "Partido" se destaca como um elemento central. A presença de conexões significativas com desafios como "Difícil", "Violência", "Preconceito" e "Medo" indica a diversidade e a intensidade dos obstáculos enfrentados pelas mulheres nesse contexto. Isso sugere que a esfera política está permeada por uma série de desafios inter-relacionados, indo além das fronteiras partidárias.

A análise das experiências de candidatura ressalta a importância crítica dos "Votos" e do "Poder". Esses elementos não apenas representam indicadores fundamentais de sucesso eleitoral, mas também destacam a necessidade de influência e apoio para efetivamente moldar a trajetória política.

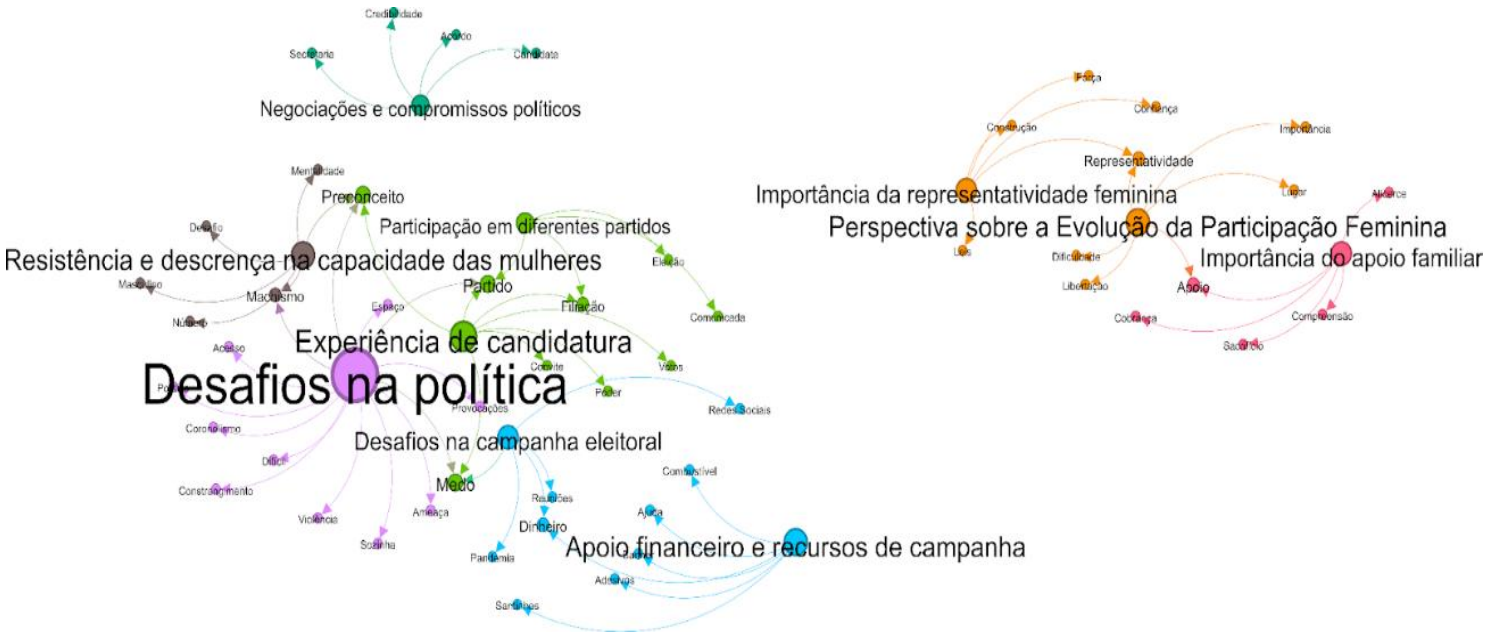
A representatividade feminina surge como um tema crucial, evidenciado pela forte relação com conceitos como "Construção" e "Força". Isso sugere que a busca por uma representação mais equitativa está intrinsecamente vinculada à construção de uma presença forte e à superação de estereótipos.

Os desafios específicos enfrentados durante as campanhas eleitorais, como a dependência de "Dinheiro" e a relevância das "Redes Sociais", refletem a crescente complexidade financeira e tecnológica envolvida na promoção política.

O apoio financeiro e os recursos de campanha demonstram uma clara dependência de "Dinheiro". Indicando que a viabilidade de uma campanha política está inextricavelmente ligada a recursos financeiros substanciais.

As negociações e compromissos políticos, representados por elementos como "Secretaria" e "Credibilidade", apontam para a importância de alianças estratégicas e da construção de uma reputação sólida. A perspectiva sobre a evolução da participação feminina destaca tanto a "Importância" quanto às "Dificuldades" associadas a esse processo, fornecendo um panorama abrangente das complexidades enfrentadas na busca por uma participação política mais inclusiva. A importância do apoio familiar, com ênfase em elementos como "Apoio" e "Compreensão", sublinha o papel crucial que o suporte familiar desempenha na superação dos desafios políticos.

Figura 1 - Figura de Evocações com base nas Entrevistas.



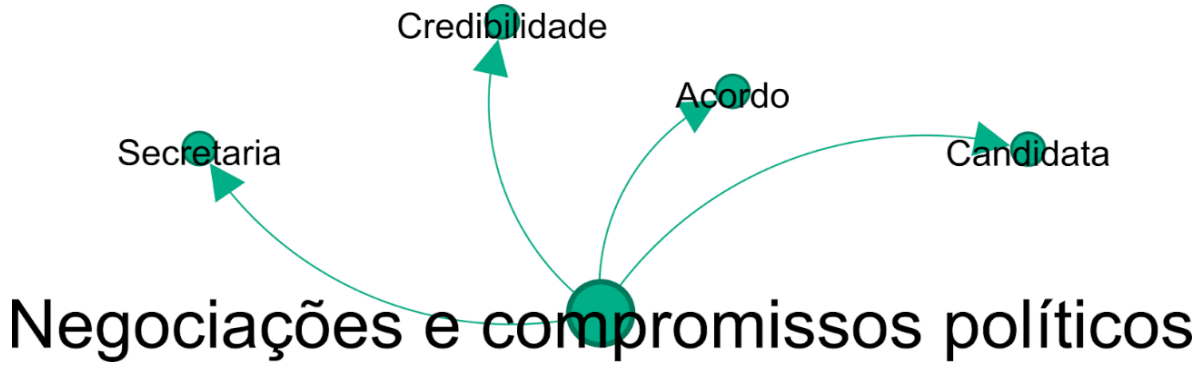
Fonte – Entrevistadas, data: jun- jul- agos de 2023

Na figura 1, podemos observar que vários termos se repetem entre as evocações, fazendo com que haja conexões entre uma evocação e outra. Dentre as conexões, observamos a existência de três redes não conectadas. Uma pequena rede sobre "Negociações e compromissos políticos", uma segunda rede onde as evocações "Importância da representatividade feminina", "Perspectiva sobre a Evolução da Participação Feminina" e "Importância do apoio familiar" compartilham de termos de evocações iguais.

Uma terceira rede maior em que alguns termos de evocação se relacionam com as evocações: "Resistência e descrença na capacidade das mulheres", "Experiência de candidatura", "Desafios na política", "Desafio na campanha eleitoral" e "Apoio financeiro e recursos da campanha". Para facilitar a análise, ilustrarmos as três redes em figuras separadas. O tamanho do nó é medido de acordo com a medida da centralidade de proximidade.

A figura 1, possui apenas a evocação "Negociações e compromissos políticos" e está relacionado isoladamente com os termos "secretária", "credibilidade", "Acordo" e "Candidata".

Figura 2 - Figura isolado de Evocação com base nas Entrevistas.



Fonte – Entrevistadas, data: jun- jul- agos de 2023

As conexões na figura 2 evidenciam padrões interessantes nas evocações, destacando pontos cruciais de interconexão entre diferentes elementos. Duas relações notáveis emergem dessa análise: a conexão através do termo "Representatividade" e a conexão via termo "Apoio".

Figura 3 - Figura isolado de Evocação com base nas Entrevistas.



Fonte – Entrevistadas, data: jun- jul- agos de 2023

A primeira conexão revela que o termo "Representatividade" atua como um elo entre as evocações "Importância da Representatividade Feminina" e "Perspectiva sobre a Evolução da Participação Feminina". Essa ligação sugere uma interdependência entre o reconhecimento da importância da representação feminina e a perspectiva sobre como essa participação evolui ao longo do tempo. A "Representatividade" emerge como um conceito que transcende as categorias específicas, conectando-se de maneira intrínseca a duas facetas distintas da discussão sobre a participação feminina na espacialidade política.

A segunda conexão notável envolve o termo "Apoio", que serve como ponto de ligação entre as evocações "Perspectiva sobre a Evolução da Participação Feminina" e "Importância do Apoio Familiar". Essa relação destaca a importância crítica do apoio não apenas na perspectiva geral da evolução da participação feminina, mas também especificamente no contexto do apoio familiar. O termo "Apoio" age como um elo significativo, indicando que a compreensão da evolução da participação feminina está intimamente ligada à consideração do apoio, particularmente no âmbito do espaço familiar. A terceira figura 3, é a que apresenta maior número de conexões, revelando uma maior complexidade.

Figura 4 - Figura isolado de Evocação com base nas Entrevistas.



Fonte – Entrevistadas, data: jun- jul- agos de 2023

A figura 4 destaca algumas evocações e termos de evocação que desempenham papéis proeminentes na rede, revelando padrões específicos de conexões. O "Desafio na política" surge como a evocação central, destacando-se como o núcleo com o maior número de conexões em todo o grafo. Isso sugere que essa evocação é central para várias facetas discutidas na análise.

Um termo de evocação notável é o "Machismo", que se conecta diretamente à evocação "Resistência e descrença na capacidade das mulheres". Essa ligação enfatiza a inter-relação entre o machismo e a resistência percebida, indicando que a presença do machismo está intrinsecamente ligada à resistência enfrentada pelas mulheres na política.

Em termos de diálogo entre os grafos, é possível perceber que o tema de "Negociações e compromissos políticos" a figura 1 pode dialogar com a complexidade da "Participação em diferentes partidos" e "Experiência de candidatura" do último grafo. A necessidade de negociações políticas pode ser relacionada à dinâmica de partidos políticos e às experiências vivenciadas por mulheres ao buscar cargos políticos. Além disso, a importância do "Apoio" identificado na figura 2 também pode dialogar com o

contexto mais amplo dos desafios e resistências na figura 3, onde elementos como "Machismo" e "Medo" estão interligados.

Desse modo, alguns apontamentos aparecem como óbvios sobre a viabilidade da candidatura dessas mulheres, como a questão familiar, e todas as entrevistadas afirmaram que tiveram apoio de boa parte da família. Mas ter o apoio familiar não inibe algumas cobranças que surgem no espaço família, como afirmou uma das candidatas:

> Como eu conheci o meu marido nas lutas, então ele tem muito essa compreensão, e participa muito comigo também, e eu tenho um casal de filhos, e eles foram criamos nesse mundo, então para eles é meio que natural, claro que houve períodos assim, e até hoje, e como mulher, eu sou cobrada, e muitas vezes até por eles, por mais que apoiem (a participação na política) ainda tem essa coisa de querem a presença da mãe, da esposa, que cuida da casa, que dá atenção aos filhos que embora já sejam adultos, mas tem toda essa questão de relacionamento mesmo, familiar, que eu também prezo muito. (Entrevista realizada no dia 14/06/2023)

Para uma melhor análise dos dados, convertemos as informações em uma figura (figura 4) que demonstrará a relação entre as evocações e as espacialidades discursivas.

Figura 5 - Figura das Espacialidades Discursivas oriundas das Entrevistas.



Fonte – Entrevistadas, data: jun- jul- agos de 2023

O resultado da correlação das espacialidades e as evocações evidenciou a presença de quatro grafos, sendo que três mantiveram componentes isolados (espacialidades “Secretaria”, “Casa” e “Rua”) e um grafo intercalando as espacialidades “Rádio”, “Escola” e “Postinho de Saúde”.

A rede isolada "Rua" emerge como um cenário permeado por sentimentos de medo, indicando possíveis desafios ou experiências adversas associadas à campanha política nas ruas. A repetição da evocação "Discriminada" sugere a presença de um elemento discriminatório percebido nesse contexto. No entanto, a ocorrência da evocação "Coragem" aponta para a presença de uma narrativa positiva, onde algumas candidatas associam a “Rua” como um espaço de resistência.

A espacialidade isolada na rede é a “Casa”. Esta se mostrou como um componente identitário significativo para as mulheres na política. A presença frequente de "Apoio" e "Ajuda" reforça a importância da casa como um local de suporte emocional e prático em suas jornadas políticas. A decisão de se candidatar muitas vezes envolve uma negociação intrínseca com a família, tornando a casa muito além do que um local físico, mas também um espaço simbólico onde as decisões políticas e familiares se entrelaçam.

Algo que chamou bastante a atenção, foi o fato de as candidatas afirmarem que as mulheres na política, no período de campanha, são tratadas como um número e não como uma candidata contundente que poderia ver um homem na urna, vemos isso nas falas da entrevistada 04, que afirmou que:

> A mulher ainda é um número, ela é um mal necessário, os homens acham que tem que ter mulher, tem que ter, eles não dizem que nós somos uma representatividade, eles não dizem que somos uma força, é uma obrigação ter mulher, mas é desse jeito que tem que ser, vamos desse jeito.

E infelizmente, algo que se mostrou presente na política guarapuavana foi o aliciamento de candidatas mulheres, que consiste em recrutar mulheres para participar de campanhas políticas ou concorrer a cargos públicos. Este tema é complexo e pode envolver diversas abordagens, algumas legítimas e outras que podem ser antiéticas ou até mesmo ilegais, dependendo das circunstâncias.

A candidata 03 relatou como são feitos os “convites” para sair como candidata. Segundo ela:

> Quando terminou o mandato do (nome do político 1), apoiou o (nome do político 2), e ele veio falar comigo, e ele disse assim - (nome da candidata), agora você vai para o PPS, você vai continuar porque você é nossa companheira e precisa de mulher no partido -, mas assim eu não podia dizer quero ou não quero, só fui comunicada, daí fui com o (nome do político 2), ele ganhou, daí o (nome do político 2) foi na eleição, não tinha nem o que eu falar, eles iam fazer a reunião, e eu já erguia a mão, porque sabia que eu ia ser convocada para ser candidata. Daí quando o (nome do político 2) terminou o mandato dele, já fizeram outra reunião e ele falou - (nome da candidata), agora você vai para o PODEMOS, que é o do (nome do político 3), que é um partido bem grande, e na semana passada eu recebi a visita do (nome do político 4), quer que eu vá com ele.

O encorajamento não é um problema, mas na fala da candidata observamos que ela se sente pressionada. Ela relata, “mas assim eu não podia dizer quero ou não quero, só fui comunicada”.

Uma das candidatas se declarou como sendo fictícia. A candidata 02 afirmou que

> Então, eu já era filiada ao partido há algum tempo, não sei precisar há quanto tempo, mas eu nunca tive interesse em ser candidata, até gosto de trabalhar com a política, mas não como candidata, eu não tive escola, sabe, quando estava chegando nos últimos dias para se candidatar, uma amiga, que era do topo do partido veio falar comigo, e eu falei que eu não queria ser candidata, mas daí ela disse, mas se precisar, ela disse que todo mundo me conhecia, que eu tinha chance de ganhar, quando eu vi, já era candidata.

Práticas desse tipo não apenas comprometem a integridade do sistema político, mas também contribuem para a sub-representação e a marginalização das mulheres na política. Em uma democracia saudável, os candidatos devem ser escolhidos com base em suas qualificações, visões e compromissos políticos genuínos, não como meio de manipular o sistema ou cumprir cotas sem um verdadeiro comprometimento com a representação equitativa.

Com isso, vemos que a promoção da participação das mulheres na política não é apenas uma questão de justiça social, mas também contribui para a tomada de decisões mais abrangentes e representativas. O progresso nessa área depende da colaboração contínua entre governos, organizações da sociedade civil e movimentos sociais.

A ideia de solidariedade entre mulheres, de apoio mútuo e construção conjunta na busca pela igualdade, é um poderoso impulsionador de mudanças. Quando as mulheres se apoiam e trabalham juntas para superar barreiras e desafios, isso cria um ambiente mais propício para a transformação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo compreender como as tramas locacionais configuram a resistência da entrada das mulheres no legislativo do município de Guarapuava–PR na eleição de 2020. Para alcançar os objetivos dessa pesquisa, foram levantados e analisados dados eleitorais disponibilizados pelo TSE - Tribunal Superior Eleitoral, observando as características apresentadas pelas mulheres candidatas ao legislativo de Guarapuava. Desta forma, o estudo destaca, de maneira concomitante, facetas cartográficas e estatísticas do perfil das candidatas do sexo feminino.

A sub-representação feminina na política pode ser atribuída a uma confluência de fatores, incluindo a ausência de incentivo, a discriminação de gênero e os desafios específicos que as mulheres enfrentam nesse contexto. Não obstante esses obstáculos, as mulheres estão, progressivamente, ampliando sua participação na arena política. Nos últimos anos, tem-se observado um incremento gradual no número de mulheres que se lançam como candidatas a cargos eletivos. Embora esse crescimento seja um indicativo positivo, ainda há um longo percurso a ser trilhado para garantir que as mulheres gozem de uma representação justa na política.

Apesar dos dados apontarem que a falta de sucesso eleitoral em Guarapuava, tende a ser mais acentuada entre as mulheres donas de casa, de baixa qualificação e com escassa experiência política. Há também indícios que nas eleições de 2020 analisadas, um grupo de mulheres com uma notável potencialidade de se eleger, como as com ensino superior completo e brancas.

Essa análise aponta para um conjunto específico de características que, quando presentes, podem contribuir para o insucesso eleitoral das candidatas mulheres em Guarapuava. É fundamental considerar a interseccionalidade dessas características, ou seja, como elas podem se sobrepor e influenciar a experiência de uma candidata.

Para promover uma participação mais significativa e inclusiva das mulheres na política, é fundamental criar um ambiente que valorize e respeite as contribuições de todas as pessoas, independentemente de seu gênero. Além disso, medidas como programas de mentoria, educação e conscientização podem ser implementadas para apoiar o desenvolvimento de lideranças femininas e fortalecer sua presença na política de maneira mais substancial.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maria Zina Gonçalves de. Luta das Mulheres pelo Direito de Voto: Movimentos sufragistas na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos. **Arquipélago – Revista da Universidade dos Açores**, Ponta Delgada, 2ª série, v. VI, 2002.

AMARAL, S. T.; DALKMIN, S. M. A conquista do voto feminino no Brasil. In: **II Encontro de Iniciação Científica e I Encontro de Extensão Universitária da Toledo**, 2006, Presidente Prudente. Encontro de Iniciação Científica da Toledo. Presidente Prudente: Toledo, 2006. v. 2, p. 1-11.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: **Edições 70**, 2020.

BRASIL. **Constituição (1988).** Emenda constitucional nº 97, de 4 de outubro de 2017. Disponível https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 jul. 2023.

BRASIL. Lei nº 12.034, de 29 de setembro de 2009. Altera as Leis nºs 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos), 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral). Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12034.htm. Acesso em: 8 nov. 2022

CHIMIN Junior, Alides Baptista. Empoderamento feminino: territórios da cidadania nas eleições de 2008 e 2012. In: 13º Mundo das Mulheres e Fazendo o Gênero 11, 2017, Florianópolis. **Anais Fazendo o Gênero**. Florianópolis, 2017.

COSTA, Luiza Lins Araújo. Mulheres, partidos e eleições no Brasil: análise do insucesso eleitoral das candidaturas a deputada estadual e federal (2010-2018). 2022. 239f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/23502/1/LuizaLinsAra%c3%bajoCosta_Tese.pdf .

DAVIS, A. Y. Women, Race & Class. **Vintage Books**, 1981.

GOLDANI, A. M. Desafios do "preconceito etário" no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 111, p. 411-434, abr.-jun. 2010.

GOMES, P. C. Da C. **O lugar do olhar: elementos para uma geografia da visibilidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. ***Neplanta: Views from South,*** v. 1, n. 3, p. 533-580, 2000.

SCOTT, Joan Wallach. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez, p 71-99, 1995.

ROSSINI, R. E.; SAIDEL, R. G.; CALIÓ, S. A.; JESUS, I. L. Guia prático sobre ensino e educação com igualdade de gêneros. **Revista Comunicação e Educação**, São Paulo, n. 8, p. 117-122, 1997.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Estatísticas Eleitorais.** Disponível em: http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais?busca=2020. Acesso em: 03 jun. 2022.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Cota de 30% para mulheres nas eleições proporcionais deverá ser cumprida por cada partido em 2020**. Disponível em: https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2019/Marco/cota-de-30-para-mulheres-nas-eleicoes-proporcionais-devera-ser-cumprida-por-cada-partido-em-2020. Acesso em: 14 nov. 2022.

YOUNG, I. M. *Justice and the Politics of Difference.* ***Princeton University Press***, 1990.

Recebido em agosto de 2024.

Revisão realizada em setembro de 2025.

Aceito para publicação em dezembro de 2025.